



Os professores têm de derrotar o projeto educacional de Feder/Tarcísio

Dia 15/12, foi realizado “um encontro”, apesar de terem aprovado na reunião de Conselho Estadual de Representantes um ato em defesa do professor categoria O. Poucos professores da base compareceram, resultando do cansaço de mais um ano letivo sem conquistas, e sem os chamados de paralisações e assembleias que são as ações diretas, método capaz de enfrentar e derrotar os governos. Milhares de professores encontram-se sem resposta ao concurso realizado em agosto deste ano. A direção realizou o suposto “encontro” de professores temporários, após a confraternização de funcionários do Sindicato, que amargam o arrocho salarial e a contratação precária.

A burocracia sindical comemorou no encontro a política colocada em prática durante todo o ano de 2023, “pressão parlamentar” e judicialização de ações, em detrimento da mobilização e da discussão com a categoria.

O governo Tarcísio/Republicanos assumiu seu mandato no início deste ano, com professores contrários ao critério de maior jornada para atribuição, não respeitando o tempo de trabalho conquistado. Nesse momento, o governo se utilizou do critério da maior jornada para excluir professores da rede estadual. A cada ano, cada governo comparece com um novo critério tirado da cartola para enxugar o número de professores e aumentar a precarização do trabalho.

A direção da Apeoesp não assumiu a reivindicação dos professores para revogar a lei 1374/22,

e passou a negociar com Feder/Tarcísio. Em fevereiro, passou informes de que houve o comprometimento do governo em manter negociação com o sindicato para realizar correções de distorções e injustiças na atribuição de aulas. Mas nada foi resolvido em favor dos professores.

Milhares de professores encontram-se sem resposta ao concurso realizado em agosto deste ano. A direção realizou o suposto “encontro” de professores temporários, após a confraternização de funcionários do Sindicato, que amargam o arrocho salarial e a contratação precária.

Durante o 1º semestre, somente um chamado de greve foi feito, no dia 26/04/2023, pela direção sindical em consonância com o calendário nacional da CNTE, foram colocadas as bandeira de fim de cumprimento das APDS na escola, pela revogação da Lei 1374/22, contra a Reforma do Ensino Médio, contra imposição de vídeo aula como critério de prova no concurso, pela ampliação do número de vagas para 100 mil professores no concurso. Nesse dia a direção não convocou uma assembleia para conduzir os rumos da luta com a categoria. Como era um chamado de greve com paralisação conseguiu reunir mais de 10 mil pessoas na avenida paulista, porém não foram consequentes e só alimentaram ilusões no fim do pesadelo das APDs e falta aula aos professores, bem como as demais reivindicações aqui apontadas.

Somente em 20 de outubro, foi convocada uma assembleia para mostrar à categoria a sua “unidade” com as entidades da educação (Afuse, Udemo e Apase, apenas citados), metroviários, ferroviários e funcionários da Sabesp que, no dia 03/10 já haviam parado a capital, denunciando a política da privatização. A campanha contra a privatização e de cortes de verbas, foi arrastada para os abaixo assinado como estratégia de luta. Mais uma vez, foi contra a estratégia de luta necessária para categoria enfrentar os ataques do governo.

No dia 28/11 o chamado era de unidade do funcionalismo público do Estado de São Paulo, porém não teve convocação de greve para categoria do magistério, com os demais setores ameaçados de privatização. A paralisação de metroviários, ferroviários e funcionários da Sabesp foi parcial. E foi feito um acordo entre as direções sindicais por cima das assembleias de forma a que nenhuma das categorias continuassem a greve a partir desse dia.

Tarcísio/ Republicanos saiu fortalecido com as conciliações realizadas pela direção burocrática. Em seu primeiro ano de governo, apresentou Projeto de Lei Complementar 143/2023, alterando aspectos da Lei Complementar 1374/2022, que impôs o pagamento por subsídio, e desmontou a carreira do Magistério. Esse projeto foi aprovado dia 13/12, e a direção sindical comemorou como vitória que as Atividades Pedagógicas Diversificadas (APDs) serão cumpridas em local de livre escolha, institui-se o retorno da chamada falta-

aula, pela qual o(a) professor(a) é descontado(a) pelo tempo que efetivamente atrasar, e não mais todo o dia de trabalho, como estabelecia a LC 1374/2022, que era uma pauta mínima de reinvindicação desde 26 de abril de 2023.

No ato realizado dia 15/12, não foi esclarecido aos professores que o tempo destinado às APDs poderá ocorrer por meio de convocação de direções de escola, em virtude de necessidade de serviços na unidade escolar. Em relação à falta/aula, era uma conquista estabelecida no estatuto do magistério a garantia do desconto individual da aula que só depois de acumuladas de acordo com a jornada de cada um descontava um dia de trabalho, mas com a aprovação da lei 1361/21 esse direito foi eliminado. O fato é, que independente da mudança na falta/aula os professores continuarão com muitas faltas justificadas e/ou injustificadas em função da perda do direito a faltas abonadas.

A inscrição para atribuição de aulas aos professores efetivos e Fs teve critérios reduzindo tempo de serviço, punição para quem teve licenças de saúde ou afastamentos, curso indicado pelo centro de formação para muitos que não conseguiram fazer inscrição, e maior pontuação para quem permanecer na maior jornada ou a tê-la como opção.

Os professores contratados que lecionam no início do ensino fundamental I (PEBI) realizaram inscrição em plataforma "BANCO DE TALENTOS", com critérios novos no tempo de serviço, e mais uma vez realizam inscrições contando com a sorte, para serem classificados com o tempo de magistério. Essa classificação deixa clara a política da "meritocracia" que os governos direitistas querem implantar, e destruir conquistas da categoria. Por meio da classificação do concurso, com ou sem videoaulas, o governo vai impor a demissão de milhares de professores, sobre a base do critério de nota no concurso, e

abandonando completamente o critério de tempo de trabalho.

Após o ato do dia 15/12, a direção da Apeoesp publicou a conquista da liminar que exclui a videoaula do concurso. Essa informação provocou insatisfação em muitos professores, que já estavam confiantes na efetivação das poucas vagas do concurso, evidenciando mais uma vez os problemas dos concursos que servem para eliminar grande parte dos inscritos. Isto porque, com ou sem videoaulas, parte dos professores será eliminada da rede estadual. Não é novidade para os milhares de professores da rede estadual a insegurança que o Estado promove todo ano para realizar as inscrições que antecedem à atribuição de aulas dos professores contratados, deixando claro o aprofundamento na precarização do trabalho nos serviços públicos.

A derrota dessa política geral depende de um amplo e forte movimento que imponha uma derrota política ao governo. Esse movimento pode ser iniciado com a reivindicação de atribuição pelo tempo de trabalho e efetivação/estabilidade imediata de todos os professores da categoria O.

Diante do ataque do governo ao emprego dos professores, é preciso organizar a luta, a mobilização. Ninguém pode levar a sério que qualquer dos deputados direitistas da Alesp possa ser "convencido" a votar contra seu próprio governo. E a Justiça não eliminará o funil que traz demissões; apenas pode modificá-lo, prejudicando um setor em detrimento de outro – no final, o governo acabará tendo em mãos a possibilidade de demissão em massa. O cretinismo parlamentar e a judicialização são o caminho para a derrota dos professores.

Mais ainda: a atribuição por meio da classificação no concur-

so é um dos aspectos da política geral do governo estadual para a educação. Trata-se de uma política que se fundamenta no privatismo e na precarização do trabalho docente, portanto de destruição do ensino público. A derrota dessa política geral depende de um amplo e forte movimento que imponha uma derrota política ao governo. Esse movimento pode ser iniciado com a reivindicação de atribuição pelo tempo de trabalho e efetivação/estabilidade imediata de todos os professores da categoria O. Iniciada a mobilização, terá de avançar para o combate ao conjunto da política educacional direitista do governo. Terá de chamar a unidade com outros setores afetados pelo privatismo, assim como a população assalariada em geral. Mas isso não virá da vontade das direções burocráticas e conciliadoras, tem de vir das assembleias de base, amplamente convocadas, livres e democráticas.

Nós militantes da Corrente Sindical G.L. convocamos todos os que defendem os serviços públicos a erguer a luta desde o chão-de-escola, resgatando o magistério como força social, para passar por cima das manobras da direção e impor ao governo nossas reivindicações. Nesse sentido, é urgente a pressão para que possamos ter nossas atividades com dispensa de ponto aos representantes de escola e conselheiros, plenárias e principalmente para as assembleias da categoria. ●

TODOS AS RUAS PARA LUTAR POR:

- Efetivação de todos os professores da categoria O – defesa do emprego a todos;***
- Manutenção do tempo de serviço como critério de classificação para atribuição – nada de classificar pelo concurso.***